

# Comunidade Lusófona<sup>1</sup>

Therezinha de Castro\*

Estudo crítico sobre a criação da Comunidade de Países de Língua Oficial Portuguesa – suas dificuldades e contradições.

“A arte de origem portuguesa, na América como na África, na Ásia e nas ilhas, está cheia dos riscos de tão esplêndida aventura de dissolução. Portugal seguiu em sua política colonizadora aquelas palavras misteriosas das Escrituras: ganhou a vida, perdendo-a. Dissolvendo-se.”

Gilberto Freyre

**E**m fins do século XIX, afirmava Ratzel: “os meios revolucionários de comunicação e transporte mudaram definitivamente o papel das grandes potências continentais na política internacional”. Analisando a questão dentro do enfoque geopolítico, Ratzel estudava a fase de transição, por que passava o mundo, procurando atingir o que se convencionara chamar de idade imperial, quando as grandes potências se apressavam a dominar vastos espaços instalando suas colônias.

\* Professora conferencista de Geopolítica na ECEME e na ECEMAR.

<sup>1</sup> Selecionado pelo PADECEME.

Do século XVI ao XIX, processou-se, com a expansão marítima oceânica, a Revolução Comercial, adstrita ao sistema do monopólio. As colônias só comerciavam com suas respectivas metrópoles européias, conservando-se como simples entrepostos de matérias-primas.

Essa expansão comercial sustentaria a Revolução Industrial, começada em fins do século XVIII. Esta ficou devendo, não apenas aos maquinismos inventados, mas também à abertura de novos mercados, transformados em compradores dos produtos industrializados e fornecedores de matérias-primas.

No século XIX, quando as metrópoles européias es-

tavam no auge das Revoluções Comercial/Industrial, seus domínios coloniais na América começam a se emancipar (1810-25). Passam então a se interessar mais pela África, desconhecida no seu conjunto, e pela ocupação simplesmente periférica, considerada como o “lugar vago”.

Missionários católicos e protestantes, em busca de novas almas para seus credos, se instalaram na África e na Ásia, ao lado de comerciantes desejosos em garantir seus mercados e investir capitais. Os desentendimentos entre esses elementos, pertencentes a diferentes países, levaram-nos a reclamar, junto aos respectivos governos, enquanto os exploradores cientistas, a ser-

viço de sociedades geográficas, proporcionavam a seus governos o desejo de pôr a mão sobre riquezas ainda inexploradas.

A partir das duas últimas décadas do século XIX, as potências européias, não tendo mais esperanças de entendimento no continente, se reúnem no Congresso de Berlim (1883/84) repartindo a África. Ocupado, por sua vez, o sudeste asiático, eram abertos, aos mercados estrangeiros, os portos do Japão e da China.

O desenvolvimento do comércio oceânico daria maior importância aos impérios coloniais. Muito embora Portugal, Espanha e Holanda tenham sido os primeiros a criá-los, a bipolaridade já então exercida pela França/Inglaterra, levaria esses dois a ocuparem os mais vastos espaços.

## DERROCADA DO COLONIALISMO

Terminada a Primeira Guerra Mundial, ficava patente que não duraria ainda por muito tempo o sistema colonial. Durante o conflito, fortes contingentes africanos, tanto militares como de trabalhadores individuais, haviam servido na Eu-

ropa. Daí voltaram a seus respectivos países com novas idéias e experiências, passando a participar dos problemas que surgiam na África. Esses problemas eram as reivindicações políticas, iniciadas no Egito que conseguia, da Inglaterra, sua independência nominal (1922).

A Segunda Guerra Mundial intensificaria o movimento da descolonização. As metrópoles detentoras dos maiores impérios ultramarinos, França e Inglaterra, entravam no ocaso do poder mundial bipolar e, pelos prognósticos, entregariam os postos à URSS e aos Estados Unidos, nações com amplo espaço vital, declaradamente anticolonialistas.

### *França*

A primeira fase da descolonização é marcada pela Conferência de Brazzaville, capital da então África Equatorial Francesa, às margens do rio Congo. Aí, em 1944, reuniram-se governadores das colônias francesas, em sessão aberta pelo General Charles De

Gaulle, para, reforçando as instituições tradicionais, conceder aos nativos o acesso mais rápido às responsabilidades políticas. Procurava, o governo de Paris, conservar seus territórios africanos e asiáticos, por meio de um novo regime de comunidade, que seria consagrado pela Constituição de 1946, criando a União Francesa. Nascia, assim, a Comunidade Francesa, concedendo independência, ou autonomia, às antigas colônias. A não ser a República da Guiné, liderada por Seku Turê, os demais territórios tornaram-se repúblicas independentes dentro da Comunidade.

Eram 14 Estados negros<sup>2</sup> de colonização francesa, beneficiando-se das vantagens econômicas na mais estreita cooperação com a antiga metrópole.

A Tunísia pretendia uma independência completa, iniciando-se sob a liderança de Habib Bourguiba a resistência armada, visto que a França não quis renunciar a co-soberania em área de suma importância geoestratégica na rota Gibraltar/

<sup>2</sup> Madagascar, Senegal, Togo, Costa do Marfim, Dahomé, Congo (Libreville), Gabão, Camerum, República Voltaica, República Centro-Africana, República Sudanesa, Tchad, Niger e Mauritânia.

Suez. Fato idêntico de resistência ocorreu no Marrocos, e a França acabou por conceder, a essas duas ex-colônias (março de 1956), a *independência*.

Tendo conseguido a independência, representantes tunisinos e marroquinos reuniram-se com argelinos, na Conferência de Tânger (1958), para a unificação do Mahgreb Árabe<sup>3</sup>. Aí, cerca de 800.000 franceses haviam adquirido terras e faziam valer os seus direitos, com lutas que prosseguiram até 1961, quando o General De Gaulle cuidou de realizar um plebiscito, no qual apenas 5 milhões se opuseram aos 18 milhões que optaram pela separação, acordada pela independência em 1962.

### *Inglaterra*

O problema colonial inglês foi diferente, já que a Inglaterra, bem antes da França, concedera certa autonomia, respeitando as autoridades, as leis e os costumes locais, mantendo sempre a simbólica coroa como traço de união, representando o Império Britânico.

<sup>3</sup> Forma um conjunto geográfico pelo seu relevo, clima, recursos naturais e, até certo ponto, por sua população árabe-bérbere.

O caso mais característico foi a transformação da Costa do Ouro na República de Ghana, graças ao rápido enriquecimento com a produção do cacau, que lhe deu o 1º lugar no mundo, ensejando a ascensão da burguesia negra, que a Inglaterra cuidou logo de associar à administração local. Tendo à frente o líder negro Kwane Krumah, a República de Ghana tornava-se independente como membro da Comunidade Britânica.

Com exceção da África do Sul, as demais colônias inglesas seguiram o exemplo. Autônoma desde 1910, a União Sul-Africana estava envolvida no grave problema social da segregação classificada por apartheidismo, significando desenvolvimento em separado tanto para os brancos (afrikaners), quanto para a maioria negra segregada em tribos. Contrária a Inglaterra à política do apartheid, em 1960 os brancos da África do Sul rompiam com a Coroa e deixavam de pertencer à Comunidade para proclamar, logo em seguida, a República (1961). Mudanças profundas só ocorrem no regime a partir de 1989, com a libertação, no ano seguinte, do líder negro Nelson Mandela.

## **PORTUGAL ULTRAMARINO**

A posição de Portugal, de forma retangular, no sudoeste da Europa, de linha costeira no cruzamento Atlântico/Mediterrâneo, levou-o à expansão marítima. Assim, no século XVI, os portugueses haviam formado o mais vasto império colonial do mundo. Ocupou na América e na África, suas mais extensas áreas (Brasil, Angola e Moçambique). País dedicado ao comércio, sua expansão atingia pontos de apoio no Índico (Goa, Diu e Damão) e, para manter o controle do monopólio das especiarias, implantou pontos de apoio para suas escalas marítimas no Arquipélago dos Bijagoz (Guiné Bissau), nas Ilhas S. Tomé e Príncipe e no Arquipélago de Cabo Verde, chegando, no Extremo Oriente, a Macau e Timor.

País pequeno e ainda pouco povoado, não lhe seria fácil manter todo o conjunto ultramarino. Por isso, enquanto as especiarias deram-lhe vantagem econômica, não iniciaram a colonização dos territórios que lhes cabiam por direito de descoberta. Quando porém, o governo português viu

ameaçado o território americano, onde o pau-brasil era alvo da cobiça de entrelopos e piratas, iniciou nele a colonização, até então entregue à iniciativa privada das donatárias. Na África e na Ásia, os portugueses eram apenas comerciantes. No Brasil, tiveram que se fixar em sociedades agrícolas, já que o pau-brasil, embora vendável, não lhes proporcionava os lucros das especiarias orientais. Teriam, portanto, que trazer para a América as experiências adquiridas nos arquipélagos e ilhas do Atlântico.

O Brasil foi, assim, o grande campo de prática da ação colonizadora de Portugal, e os portugueses que voltavam da Ásia opulentos, na América tinham que ficar fixados pelo latifúndio.

Assim, trazendo, na mobilidade, a transferência da experiência econômica agrícola, teriam, na miscibilidade, ou seja, na mestiçagem com o índio e o negro, que poriam em prática no Brasil, o segundo fator de grande sucesso na colonização.

Independente o Brasil, no século XIX, teria Portugal que voltar sua atenção em especial para a África, já que para esse continente se

dirigiam os interesses de vários países europeus.

Já então, o contato de pouco mais de três séculos com o Brasil havia proporcionado aos portugueses grandes experiências. Na América, a política consistia em procurar instalar, na embocadura das duas grandes bacias – a do Prata e Amazônica, caminhos naturais para a penetração, já que a colonização não seria apenas periférica como na Ásia.

A importância do Prata ficaria logo patenteada, por se constituir na via de entrada e saída das riquezas espanholas. Daí os choques sucessivos entre os dois povos ibéricos. E, só com muita tenacidade, conseguiram os portugueses manter o setor da embocadura (Colônia do Sacramento) e criar aí a Província Cisplatina, que o Brasil perderia pouco depois de sua independência (1828).

Já a Bacia Amazônica, fracamente povoada, encerrada na vasta floresta equatorial, pouca atenção atrairia. Foi, no entanto, durante a união das Monarquias Ibéricas que, para livrá-la das incursões estrangeiras de ingleses, holandeses e franceses, inimigos do governo de Madrid, que a Bandeira Militar de Pedro Teixeira

(1637) tomou posse de mais da metade dela, posse consagrada a Portugal pelo *uti possidetis* adotado pelo Tratado de Madrid (1750). Independente, tornava-se o Brasil herdeiro dessa vasta área de *hinterland* na faixa equatorial.

Dentro da mesma estratégia americana, em Moçambique os portugueses, ainda em sua colonização costeira, se instalariam na foz dos rios Zambeze e Limpopo. Seus rivais seriam os alemães, no Rio Rovuma.

Em Angola, anexariam a Bacia do Cuanza, com o Cunene a separá-los dos alemães e o Congo se transformando numa espécie de “Prata Africano”. Nesse setor, os portugueses iriam se defrontar com belgas e franceses, procurando, na tradicional aliada, a Inglaterra, o apoio de que necessitavam. Assim, pelo Tratado de 26 de fevereiro de 1884, os ingleses reconheciam os direitos portugueses sobre as duas margens do Congo ou Zaire.

Havia renascido a atividade colonial na África, atraindo várias nações européias. Daí a convocação da Conferência de Berlim (1884-85) para a revisão dos Tratados Bilaterais, onde o

*uti possidetis* ou ocupação efetiva levava Portugal a perder o domínio absoluto da foz do Congo. Iria dividi-lo com os belgas, consagrando-se aí o direito de ocupação em detrimento do histórico, descobrimento ou colonização.

A despeito do grande recuo da linha de fronteira de Tordesilhas para o interior, o Brasil não se transformou num espaço bioceânico, contrastando com o ideal português de ligar Angola a Moçambique, numa linha leste/oeste, Índico/Atlântico. Desta feita, ante a estratégia inglesa de unir, numa linha norte/sul, o Cabo e Cairo, procuraram os portugueses o apoio da Alemanha que, pelo Tratado de dezembro de 1886, reconhecia as ambições do governo de Lisboa.

Vários mapas publicados em Lisboa delimitavam a África Portuguesa indo de Angola à Zambezia. Finalmente, era editado o famoso mapa cor-de-rosa, apresentado por Barros Gomes à Câmara, estendendo o domínio português de costa a costa, enquanto as expedições exploradoras de Serpa Pinto e Paiva Couceiro partiam, em princípio de 1889 para, no terreno, colocarem

em execução o referido mapa.

Defrontam-se os interesses portugueses com os da *British South African Company*, chefiada por Cecil Rhodes que, ante a política dúbia de Berlim, havia obtido uma carta de proteção, atribuindo-lhe direitos soberanos nesse *hinterland* (15 de outubro de 1889).

Transformando-se em questão governamental, Londres, em janeiro de 1890, envia um ultimato a Lisboa para que, imediatamente, retirasse suas tropas da Rota do Chiré que era a de melhor acesso ao planalto. Assim, pelo Tratado de agosto de 1890, jamais ratificado pelo Parlamento português, o planalto do Chiré e parte do Zambeze (entre as quedas de Vitória e Zumbo) tornavam-se território inglês. Portugal obtinha apenas o direito de estabelecer ferrovias e telégrafo nesse *hinterland*, que separaria, definitivamente, Angola de Moçambique.

Foi para manter esses territórios africanos, já amea-

çados pela cobiça de nações européias<sup>4</sup>, que Portugal participou da Primeira Guerra Mundial ao lado dos aliados.

Internamente, após um período de instabilidade por agitação política surgida com a proclamação da república, em 1910, se estabelece, a partir de 1926, um governo forte em Portugal, levando, dois anos depois, Antonio de Oliveira Salazar a dirigir os rumos do país.

A Constituição outorgada de 1933 transformava Portugal numa república unitária e corporativa dividida em Distritos, “*sem prejuízo da designação regional província*”, segundo o artigo 125. Confirmava, no artigo 135, para seus territórios ultramarinos extra-europeus, a categoria de províncias ultramarinas que, “*como parte integrante do Estado Português, são solidárias entre si com a metrópole*”. Garantia, o artigo 148, às “*províncias ultramarinas, a descentralização administrativa e a autonomia financeira*”. Mas a Re-

<sup>4</sup> É sabido que pouco antes de estourar o conflito mundial, um tratado secreto anglo-alemão, que não chegou a ser assinado (1913), dividia a África Portuguesa pelo meridiano de 20º em duas partes. Por ele, a Alemanha ficava com Angola atlântica e Ilhas de S. Tomé/Príncipe; para a Inglaterra ficava a parte oriental de Angola e Moçambique.

solução 742 (VIII), de 27 de novembro de 1953, aprovava a lista de fatores a serem levados em conta para se determinar se um território estava ou não abrangido no âmbito do Capítulo XI da Carta das Nações Unidas. Em consequência, a Resolução 142 (XV), de 15 de dezembro de 1963, entendia que os territórios<sup>5</sup> sob administração de Portugal não eram autônomos.

A 22 de novembro de 1963, haviam sido elaborados estatutos político-administrativos para as províncias ultramarinas, conferindo-lhes autonomia local, em concordância com a Constituição, enquanto, num esboço de Comunidade, eram firmados (1968) tratados procurando entrosar econômico-culturalmente o triângulo Brasil-Portugal-Províncias Ultramarinas, que, na prática, não vingaria.

## DESMEMBRAMENTO DO ULTRAMAR PORTUGUÊS

Haviam-se ampliado, no mundo, os conceitos de independência política, autodeterminação dos povos e de governo próprio. Assim, enquanto a Liga das Nações

havia consagrado o fenômeno do colonialismo, dando-lhe tipicidade própria, ao institucionalizá-lo sob sistema de mandatos, a ONU, tendo o apoio de países colonizadores, entre os quais a França e a Inglaterra, encetava a campanha do anticolonialismo, tão a gosto da URSS e dos Estados Unidos.

Em 1968, quando entra-

**No período que se sucedeu ao término da Segunda Guerra Mundial e que se intensificou o confronto da Guerra Fria (1956-70), conseguiram a independência cerca de 240 milhões de africanos, ocupando uma área de 22 milhões de km<sup>2</sup>**

va em colapso o regime Salazarista, já se delineava o desmembramento do ultramar português. Com a anexação do enclave de Goa (1960), se acentuaram os movimentos pró-independência nos territórios africanos. Na fase transicional de Marcello Caetano, que se

estendeu até 25 de abril de 1974, conseguiam se separar as Províncias Ultramarinas da África.

Para se compreender melhor o esfacelamento do ultramar português, se impõe a situação política do após Segunda Guerra Mundial. Para ocupar o posicionamento bipolar das metrópoles ultramarinas da França e da Inglaterra, havia funcionado o *slogan* do anticolonialismo, defendido pela URSS e pelos Estados Unidos.

A evolução política na África era inevitável e, sustentada pelas contingências internacionais vigentes durante a Guerra Fria, seria operada numa velocidade quase que fulminante, criando países que ainda não haviam se transformado em nações.

A crescente importância político-militar do continente africano, a que Hélio Felgas acrescenta a inegável riqueza econômica, *"dificilmente poderia continuar na posse de três ou quatro nações européias, debilitadas"*

<sup>5</sup> Os territórios citados eram: Arquipélago de Cabo Verde, Guiné Portuguesa, S. Tomé e Príncipe e Dependências, S. João Baptista de Ajuda; Angola, incluindo o enclave de Cabinda, Moçambique, Goa e Dependências chamado o "Estado da Índia", Macau e dependências, Timor e dependências.

*pela guerra, minimizadas pelo engrandecimento dos Estados Unidos e da Rússia (que nada tinham anteriormente na África) e desprestigiadas pela vaga de racismo e de ódio ao branco que varrerá a Ásia, desde o Extremo Oriente, e penetrará na África pelo Canal de Suez”.*

Em consequência, no período que se sucedeu ao término da Segunda Guerra Mundial e que se intensificou o confronto da Guerra Fria (1956-70), conseguiram a independência cerca de 240 milhões de africanos, ocupando uma área de 22 milhões de km<sup>2</sup>. Destaque-se que, só em 1960, conhecido como o “Ano da África”, 18 territórios foram descolonizados, ensejando que, em 1963, fosse criada a OUA (Organização da Unidade Africana). Essa Organização, no entanto, não mostraria segurança nem eficácia de que o continente necessitava em seu despertar geopolítico. Livre das antigas metrópoles, mas sem a experiência que o mundo exigiria delas, os nascidos países africanos sentados no anfiteatro da ONU tiveram esperança de que as grandes potências poderiam lhes oferecer capitais e técnicos, em troca de votos que

concederiam a quem se mostrasse mais generoso. E foi assim que, necessitando do auxílio de ambos, passaram a girar na órbita dos grandes blocos mundiais.

Uma vez constituída a nova bipolaridade URSS-Estados Unidos, com a implantação do Eixo Leste/Oeste, que sustentou a Guerra Fria, impunha-se a Tese das Fímbrias, de Spykman. E seria nos espaços vitais dessas fímbrias de continentes mais envolvidos no hemisfério meridional e oceânicos, que o Kremlin e o Pentágono ocupariam pontos de apoio ou “glacis defensivos” para realizarem o jogo do confronto. O equilíbrio OTAN/Pacto de Varsóvia havia, sobremodo, estabilizado o hemisfério norte, ou continental.

Estava nas fímbrias o ultramar português que ainda se mantinha, sobretudo, em dois vastos espaços, Angola e Moçambique, que, com vértice na África do Sul, iriam se envolver na ofensiva do poder continental da URSS, e defensiva do po-

der marítimo dos Estados Unidos.

Eis aí, pois, o cerne da desagregação do ultramar de Portugal, que fora membro fundador da OTAN mas só admitido na ONU em 1955, por se recusar a conceder a independência a suas colônias.

No entanto, a onda de independências envolveria, em 1960, as províncias ultramarinas, levando Portugal a manter uma guerra custosa, que se estendeu através de 14 anos.

O centro da resistência instalava-se em Argel, no bairro residencial de Hydra, onde o Coronel Boumediene punha uma casa à disposição da CONCP (Conferência das Organizações Nacionalistas das Colônias Portuguesas). Além do MPLA (Movimento Popular da Libertação de Angola), dirigido por Agostinho Neto, também presidente da CONCP, esta e a OUA (Organização da Unidade Africana)<sup>6</sup> reconheciam o FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique) e o PAIGC (Partido Africano

<sup>6</sup> Formulada em Adis Abeba em maio de 1963 a Carta da OUA é um documento bem mais defensivo do que proponente. Não explicita o que significa a Unidade africana, mas simplesmente um dar de mãos para fronteirar o continente.

da Independência da Guiné e Cabo Verde).

A Guerra de libertação envolvia tipicamente três formas distintas de assistência externa – a política, a militar e a territorial. Tornava-se sumamente necessário, para a guerrilha, um território adjacente amigo ou acolhedor. Transformavam-se, esses, em bases de operações, garantindo um mínimo de linhas de abastecimento e comunicações com as forças guerrilheiras. As Repúblicas do Congo e da Guiné iriam oferecer essa prévia e vital condição para a rebelião, em Angola e na Guiné Portuguesa, enquanto a Argélia fornecia a esses territórios, ainda portugueses, as armas necessárias.

Contavam esses movimentos com o apoio maior do mundo comunista, que mandava adestrar seus guerrilheiros no exterior, sendo a literatura separatista impressa em Moscou. No entanto, o tribalismo iria gerar o pluralismo “partidário”, demonstrando que o processo de emancipação nos territórios portugueses não fugia à regra na conjuntura continental.

Assim, em Moçambique, além da FRELIMO, atuava o COREMO (Comando Re-

volucionário de Moçambique), ao lado de colonos portugueses dirigidos por Jorge Jardim, favorável à independência sob tutela de um governo branco, para posterior integração com a África do Sul.

Em 1975, Moçambique conseguia sua independência, mantendo o português como língua oficial, num território onde conviviam sete grupos étnicos: tsonga e changônês, no sul, sena e manica, no centro, nianja no noroeste, macua no norte e makondo no nordeste.

Procurando fugir das origens portuguesas, mudava-se o nome da capital, Lourenço Marques, para Can-Phumo. A queda da popularidade da China, que se pusera contra a União Soviética nas guerrilhas em Angola, levava a capital moçambicana a tomar outro nome, Maputo, este bem africano.

A despeito da adoção do regime marxista-leninista, Moçambique nunca deveu aos russos os mesmos favores que Angola, em sua guerra de libertação. Justifica-se, com isso, o tempero e o fervor “nacionalista” que implantou, no país, um comunismo “made in África”, ou um afro-comunismo.

Em Angola, o problema separatista foi bem mais difícil, face ao confronto entre o MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola), apoiado pela União Soviética, e a UNITA (União Nacional de Independência Total de Angola), alimentado pelos Estados Unidos, a China e a África do Sul.

Destaca-se que, antes de aliar-se à China no auxílio a Jonas Savimbi, líder da UNITA, os Estados Unidos apoiavam um terceiro personagem na luta pela independência de Angola. Era Holden Roberto, que se aliou ao esquerdismo, conforme declara em entrevistas concedidas ao “Jeune Afrique” (20 a 26 de janeiro de 1964), citadas por Perry Anderson. São dele as seguintes palavras: “*O Ocidente não pode proclamar sua posição anticolonialista aos domingos e depois servir de banqueiro e arsenal de armas à administração portuguesa... Os comunistas garantiram-me que posso ter as armas e o dinheiro de que necessite*”.

Deve-se, no caso, ressaltar a posição dos Estados Unidos, que tinham Portugal como aliado na OTAN e serviam-se de base nos Açores.



E, nesse posicionamento estratégico, preferiram o bloco do “*trunfo chinês*” na África, se opondo aos cubanos-soviéticos, aliados de Agostinho Neto.

Refletindo as duas tendências mundiais dentro do esquema comunista, Angola tornava-se independente, também, em 1975, cinco meses depois de Moçambique. Marcava, porém, o seu despertar geopolítico, dentro do divisionismo, que, apesar de desfeito o Eixo Leste/Oeste, se mantém ainda no impasse. O MPLA se mantém no poder e, embora os Estados Unidos tenham retirado seu apoio à UNITA, este continua alimentando com guerrilhas a instabilidade em Angola.

O tribalismo em Angola é representado por muitos grupos bantus (bakongo, kimbundo, ovimbundo e chakuê) que, reunidos, perfazem 78% dos negros do país. Embora seja fato original no continente, esse mesmo povo não consegue formar uma mesma nação.

A pretensão de estabelecer um outro país no sul do Cuanga, no paralelo de 11º, que liga Novo Redondo, no litoral, a Teixeira de Souza, no interior, é separatismo

que se opõe ao nacionalismo em Angola.

Foi esse separatismo que se impôs entre a Guiné Bissau e Cabo Verde. Aí caberia ao PAIG conseguir a independência ainda em 1974, poucos meses antes das de Moçambique e Angola, onde assumia um governo de orientação marxista. Em 1980, separam-se Guiné Bissau e Cabo Verde; um golpe-de-estado havia ocorrido na Guiné Bissau, face à má vontade dos felás, cujos chefes, ao lado de seus pares nigerianos, haviam visto, na independência desse pequeno território com cerca de 40 tribos, um atentado real a seu poderio.

Mas, conseguiram se unir às Ilhas de S. Tomé e Príncipe, graças ao MLSTP (Movimento de Libertação São Tomé e Príncipe), que chegaria à independência em 1975.

A posse política indireta desses países independentes dentro do processo tribalista, daria grande impulso à Doutrina Gorshkov. Era o envolvimento pelo sul, via mares quentes, na ausência do poder da antiga metrópole, no caso Portugal, aliado ao mundo ocidental.

Com o marxismo instalado em Angola e Moçam-

bique, a África do Sul, a despeito do condenado apartheidismo, passava a ser o bastião protetor do bloco ocidental. Conclui-se assim que, ao lado do nacionalismo, o apartheidismo seria uma das grandes brechas produzidas no continente africano, em seu setor meridional, para facilitar o envolvimento do comunismo.

A Revolução dos Cravos (25 de abril de 1974), de tendência esquerdista radical, acabaria por lançar, até 1979, Portugal numa vivência tumultuada. Suas dependências ultramarinas viram, então, que as forças dominantes da política mundial não estavam mais na Europa, e sim nos dois países que se opunham ao sistema colonial: URSS e Estados Unidos. Assim, em seu despertar geopolítico, o ultramar português se colocou sob a proteção da bandeira comunista. No entanto, a alavanca de que se serviram não conseguiu, nem de leve, levá-los à destribilização, conduzindo os novos países para a chamada fase da “Guerra Tépidia”.

## COMUNIDADE

Portugal foi o último país a deixar suas colônias e o úl-

timo também a se ligar às mesmas através de uma Comunidade.

O ideal da Comunidade Luso-Brasileira, em 1968, foi prematuro, pois não havia ainda se realizado o processo da descolonização. Por outro lado, uma Comunidade Lusófona, tentada até 1989, mesmo após o processo da descolonização, teria que se confrontar com os interesses das potências bipolares, com os cubanos, e ainda com sul-africanos, às voltas com o apartheid.

Desfeita a bipolaridade URSS/Estados Unidos, em 1994 iniciaram-se as negociações sob a égide do nosso Embaixador em Lisboa, José Aparecido de Oliveira. Depois de muitos atropelos e adiamentos, a CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa), nascia em 17 de julho de 1996, no Centro Cultural de Belém, diante do Tejo, no local de onde partiram as caravelas portuguesas para criar o império ultramarino.

O seu nascimento foi, no entanto, trabalhoso, e o cerne pode ser localizado no primeiro encontro dos Chefes de Estado de sete países de língua portuguesa.<sup>7</sup> O local do encontro, S. Luís do Maranhão, bem demonstra o empenho do

Senador José Sarney, interessado na Comunidade como complemento ao regionalismo que conseguiu quando Presidente do Brasil, ao tornar realidade a ZCPAS, congregando o Atlântico Sul (Vide LS – Atlântico Sul).

Na cidade natal de José Sarney, em novembro de 1989, criava-se o Instituto Internacional de Língua Portuguesa. E, quanto a esse primeiro passo, concordamos com Antonio Monteiro, denota *“uma boa intenção, uma proposta saudada como da maior importância, mas que na prática não teve expressão”*.

Em Nova York (setembro de 1993), aproveitando a Assembléia Geral da ONU, os representantes das nações de língua portuguesa marcam novo encontro

para Brasília (fevereiro de 1994), onde, de concreto, se decidiu pela criação de um Grupo de Trabalho de Concertação Permanente, sediado em Lisboa, a única capital lusófona onde os seis países estão representados.

Os dois anos que antecederam a implantação da Comunidade foram marcados por marchas e contramarchas, merecendo tratamento especial a participação de representantes de Timor-Leste<sup>8</sup>, no momento invadida por tropas da Indonésia.

Por sua vez, Portugal seria alvo de denúncias, por parte dos PALOP (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa), apoiados pelo Brasil. Apoiados, sobretudo, quando a Guiné Bissau destacou a atitude discriminatória do Governo

<sup>7</sup> Angola às voltas com a guerra civil se fez representar a alto nível, por não ter podido comparecer o seu presidente.

<sup>8</sup> Timor-Leste como parte integrante do ultramar português compreendia os territórios constituídos pela parte oriental da ilha, pelo território de Ocusse e Ambeno, pela ilha de Atauro e pelo ilhéu Jaco, tendo por limites o Índico e as fronteiras terrestres designadas na Convenção Luso-Holandesa de 1º de outubro de 1904 e sentença arbitral de 25 de junho de 1914. Sua superfície total é de 18.990 km<sup>2</sup>.

Em 1975, ante a indefinição gerada pela retirada de Portugal, é invadida pelas tropas indonésias. A invasão foi levada a efeito no momento em que a FRETILIN (Frente Revolucionária do Timor Leste) derrotava as forças conservadoras locais desejosas da integração com a Indonésia.

A FRETILIN chega, em novembro de 1975 a proclamar a independência, mas sob forte bombardeio da aviação indonésia, seus líderes são obrigados a abandonar Dili, a capital.

A despeito da oposição dos separatistas, das sucessivas Resoluções da ONU pela retirada dos invasores, Timor foi anexado em julho de 1976, como província indonésia, onde a FRETILIN continua a resistir por meio de guerrilha.

Cavaco Silva contra comunidades emigradas, entre as quais se inseria a questão dos dentistas brasileiros impedidos de exercer a profissão em Portugal.

Aproveitava-se, então, o Brasil, para divulgar sua decisão de suprimir visto nos passaportes diplomáticos e de serviços para todos os membros da CPLP. Mais uma vez, Portugal se viu ante as limitações impostas pelos Tratados de Maastricht e Schengen, como membro da União Européia, que fecha suas fronteiras à emigração do "Sul".

Rejeitada a sugestão para a criação de um Parlamento dos Sete, resolveu-se que, sem esse Parlamento de Bruxelas, tudo poderia ser feito através do desenvolvimento de ações de cooperação parlamentar entre os Congressos dos países lusófonos. Contrários também a uma Universidade dos Sete, optou-se pela dinamização da cooperação do ensino superior via AULP (Associação das Universidades de Língua Portuguesa), podendo-se ainda aproveitar o Instituto Camões como *pivot* do Ins-

tituto Internacional da Língua Portuguesa.

Para melhor funcionamento da CPLP, acatou-se a existência de um Secretariado Executivo, com sede em Lisboa, enquanto se elaboravam os Estatutos Provisórios da CPLP, bem como o texto da Declaração Constitutiva, que ainda podem ser modificados.

Além do Brasil e Portugal, integram a CPLP, Angola e Moçambique, ao lado de minúsculos países – Guiné Bissau, Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe, conforme exposto no quadro abaixo:

País	Área Km <sup>2</sup>	População (1994)	Densidade Demográfica (Hab./km <sup>2</sup> )	Capital	Nome Oficial
Brasil	8.546.403,5	151.523.449	17,26	Brasília	República Federativa do Brasil
Portugal	92.389	9,9 milhões	107,25	Lisboa	República Portuguesa
Angola	1.246.700	10,3 milhões	8,2	Luanda	República de Angola
Moçambique	799.380	15,3 milhões	19,1	Maputo	República de Moçambique
Guiné Bissau	36.125	1 milhão	27,6	Bissau	República da Guiné Bissau
Cabo Verde	4.033	346 mil	85,8	Praia	República do Cabo Verde
S. Tomé e Príncipe	964	126 mil	125,9	S. Tomé	República Democrática de S. Tomé e Príncipe

Vista, por alguns, como alavanca para parcerias estratégicas, culturais e econômicas, a CPLP pode vir a ser uma segunda edição da “abertura dos portos a nações amigas”.

Sua sede será em Lisboa e, embora a Comunidade não tenha o caráter assistencialista, ao contrário do *Commonwealth* e da União Francesa, Portugal não lidera suas ex-colônias, entrando todos em pé de igualdade na História do ano 2000.

Para a escolha do primeiro Secretário Geral da Organização, o Chanceler brasileiro Luis Felipe Lampreia propôs um sistema de rodízio por ordem alfabética; daí o cargo ter sido concedido ao ex-Primeiro Ministro angolano Marcolino Moco.

Para o ex-Presidente de Portugal, Mário Soares, em entrevista concedida ao *Jornal do Brasil* (14/07/96) o Brasil será o grande motor dessa Comunidade. Justifica-se o pensamento de Mário Soares pela atuação inicial de José Sarney, como a de nosso Embaixador em Portugal José Aparecido de Oliveira, durante o Governo Itamar Franco, bem como da nomeação deste último para a Embaixada do Brasil em Lisboa, assim que deixou a

Presidência em Brasília, para darem seqüência ao movimento. Na realidade, porém, dada a heterogeneidade geopolítica, trata-se, para o Governo de Brasília, de um investimento não só de risco como de longo prazo, uma aposta paciente, na qual se propõe ganhar fôlego e lançar pontes para que o Bloco possa competir internacionalmente. Empunhada a bandeira da CPLP pelo Brasil, conclui Antonio Monteiro: *“o voluntarismo inicial parece ter sido substituído, no Governo de Fernando Henrique Cardoso, por uma atitude mais pragmática, com opção pela não aceleração do processo e por uma avaliação mais cautelosa – embora não menos interessada no momento apropriado para, a sete, levar avante o projeto”*.

A soma dos 7 países torna a CPLP um conjunto de cerca de 200 milhões de habitantes com língua oficial portuguesa, que é o terceiro idioma ocidental depois, do inglês e espanhol.

O Brasil é 100 vezes maior que Portugal e 8 vezes mais extenso que Angola, o segundo maior país da Comunidade. Angola que ainda não se libertou da guerrilha após a indepen-

dência, a despeito de devastada é rica em minérios, diamante e petróleo. Mas, o petróleo que sustenta Angola (540 mil barris diários) se apóia nos 300 mil do enclave de Cabinda, onde o separatismo vem sendo insuflado.

Já Moçambique, com pouco mais de 15 milhões de habitantes, é uma ilha geopolítica imprensada no Índico, isolada do Atlântico, o cenário oceânico dos outros seis países da Comunidade. Estão os moçambicanos cercados por quase 95 milhões de pessoas que falam o inglês. De costas para os demais membros da CPLP, em consequência, tornou-se, em 1995, o 53º Membro da Comunidade Britânica.

A Guiné Bissau tem o valor histórico de haver iniciado a luta pela independência, com o intelectual caboverdiano Amílcar Cabral, o fundador do PAIGC. É um dos países mais pobres do Mundo, cercado por nações francófonas, praticando o animismo e o islamismo, falando o crioulo mas com língua oficial portuguesa, e adotando o catolicismo pelos laços coloniais.

Cabo Verde, país instalado em 10 ilhas e 5 ilhotas de

origem vulcânica, tenta sobreviver à lei seca e do deserto. Aí, os mulatos claros de olhos verdes, demonstrando a miscibilidade, fazem da emigração um meio de sobrevivência, já que a entrada de Portugal na UE atrapalhou sua exportação de bananas para a antiga metrópole, onde formou a maior comunidade estrangeira.

S. Tomé e Príncipe é o menor país da Comunidade, localizado a 300 km da costa africana. Pelo posicionamento, tornou-se o local ideal para o comércio escravagista, tendo sido o berço dos quilombos e redutos guerrilheiros de escravos nas selvas. O cacau se constitui no seu principal produto de exportação.

A derrota nas eleições do eurocentrista Cavaco Silva e a vitória de Jorge Sampaio e Antonio Guterres que, pelo menos nas promessas de campanha, se mostraram mais atlanticistas e mais libertos do “espartilho europeu”, propiciaram, sem dúvida, a saída do papel e dos conluios da CPLP.

É esta pois, uma rápida radiografia dos países que, em julho de 1996, se uniram ao Brasil e a Portugal através de uma Comunidade Lusófona.

## TIMOR LESTE

Timor Leste, parte do Império Colonial Português desde 1520, teve função marcadamente mercantil como empório das especiarias. Disputada pelos holandeses, que ocuparam vários pontos e praças dos portugueses no Oriente, foi Timor, pelo Tratado de 1899, dividida entre os dois contendores. O oeste (19.000 km<sup>2</sup>), com capital em Kupang, passava a ser gerenciado pelos holandeses, enquanto o leste (14.925 km<sup>2</sup>) ficava com os portugueses, tendo Dili como capital. Destaque-se que o território de Timor Leste é descontínuo, pois além das ilhotas de Atauro e Jacó, tem ainda dentro do setor indonésio o enclave de Ocuse-Ambeno (18.890 km<sup>2</sup>).

Em 1974, com a Revolução dos Cravos, terminava o que restava do Império Colonial Português e, já no ano seguinte, a FRETILIN (Frente do Timor Leste Independente) separava politicamente aquele espaço de língua portuguesa e maioria católica do Governo de Lis-

boa. Sob a liderança de Xanana Gusmão, mas sem o apoio externo, agravado pela retirada precipitada das autoridades portuguesas, as tropas indonésias de Suharto invadiram Timor Leste, em 7 de dezembro de 1975.

A repressão, que resultou no extermínio de 1/3 da população, foi reprovada internacionalmente, mas praticamente só em discursos, já que, durante a crise do petróleo da década de 70, a Indonésia havia se colocado ao lado dos consumidores contra a OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo) reunindo maioria árabe e islâmica, contribuindo, em grande parte, para que o Ocidente ignorasse a sorte dos cristãos timorenses.

Justificando a invasão, o governo de Djakarta afirmava que tratava de impedir a vitória do regime comunista naquele setor da ilha, muito embora a FRETILIN tivesse se mostrado bem mais nacionalista. Favoreceria, à atividade da Indonésia<sup>9</sup>, o não interesse dos Estados Unidos pela questão, em face do

<sup>9</sup> Atitude procurando impedir mais um foco de “guerrilha endêmica” no país à semelhança do que ainda ocorre na Nova Guiné dividida entre a Irian Ocidental (Indonésia) e Papuásia independente.

insucesso que haviam sofrido no Vietnam.

Sem abrir mão de Timor, ato considerado ilegal no âmbito internacional, o governo Indonésio continua reprimindo guerrilhas nacionalistas, como a de 12 de novembro de 1991, em Santa Cruz, deixando um saldo de 273 mortos e 255 desaparecidos, e a de 22 de julho de 1993, que capturou 26 nacionalistas. Na lista de presos desde 20 de novembro de 1992, está Xanana Gusmão. Condenado a prisão perpétua, em março de 1993, teria a pena reduzida para 20 anos, em agosto daquele mesmo ano.

Além das Resoluções da ONU, de apoio à autodeterminação dos timorenses, a invasão contou também com a moção de condenação por parte da Comunidade Europeia (março de 1993) e da Comissão de Direitos Humanos reunida em Genebra. Por sua vez, face a população católica de Timor Leste ter sido submetida a islamização, dentro da Real Politik da Indonésia, o Vaticano se mostrou favorável a um simples estatuto de autonomia, semelhante ao de Porto Rico, hoje Estado Associado dos Estados Unidos.

Enquanto Timor Leste procura existir como nação contra o *bahasa* oficial da Indonésia, o tatum, dialeto nativo, e o português continuam sendo falados pela Resistência. Considera-se um passo a favor desse povo o fato de, em outubro de 1996, a Academia Sueca haver concedido o Prêmio Nobel da Paz ao Bispo Carlos Felipe Ximenes Belo e Acadêmico José Ramos Horta "por seu trabalho em busca de uma solução justa e pacífica para o conflito de Timor Leste". Continua o texto oficial do Comitê Nobel Norueguês historicando que: "em 1975 a Indonésia invadiu Timor Leste e sistematicamente começou a oprimir sua população. Nos anos seguintes acredita-se que um terço da população de Timor Leste morreu de fome, epidemias, guerra e terror. Carlos Belo, bispo de Timor Leste, é o mais notável representante de seu povo. Com o risco da própria vida ele tenta protegê-lo dos excessos do dominador. Em seus esforços em busca de um compromisso justo, baseado no direito de seu povo à autodeterminação, tornou-se porta-voz da não violência e do diálogo com as autoridades

indonésias. Ramos Horta é o principal porta-voz internacional de Timor Leste desde 1975. Recentemente deu uma importante contribuição às conversações para a reconciliação que tentam traçar um plano de paz para a região. Ao conceder o Prêmio Nobel da Paz deste ano a Belo e Ramos Horta, o Comitê norueguês quer honrar as contribuições constantes e desprendidas em favor de um povo pequeno, mas oprimido. O Comitê Nobel espera que este prêmio estimule esforços em prol de uma solução diplomática para o conflito em Timor Leste, baseada no direito de autodeterminação do povo".

Chanceler do primeiro governo independente de Timor Leste, José Ramos Horta é o porta-voz internacional da FRETILIN e de seu braço político, o CNRM (Conselho Nacional da Resistência Maubere, nome indígena do povo timorense). Horta exilou-se nos Estados Unidos, mas encontra-se atualmente na Austrália. Já D. Carlos Felipe Ximenes Belo nasceu em Bacau (1946) sendo ordenado em Lisboa (1980). Desde 1981 em Timor Leste, aproximou-se da vanguarda dissidente

sendo, em 1983, nomeado administrador apostólico de Dili.

O Prêmio Nobel tem tudo para transformar as palavras em ato, muito embora no mês anterior à concessão do Prêmio Nobel, Fernando Henrique Cardoso tenha recebido Ali Alatas, Ministro das Relações Exteriores da Indonésia, sem que tivesse sido feita qualquer petição em favor da autodeterminação de Timor Leste, que subcrevemos no Forum da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Mas, recebeu nosso governo, com satisfação, a designação do Prêmio Nobel, dedicado pelos que o dividiram a Xanana Gusmão, cidadão honorário brasileiro, desde 7 de agosto de 1996, por título concedido pela Câmara Distrital.

No contexto internacional, a transformação de Timor Leste em província indonésia, sob o nome de Timuur, é considerada como invasão indevida tal como a que o Iraque realizou no Kuwait. Guardadas as devidas proporções, não sendo a ilha em questão rica em petróleo ainda explotado, não conseguiu desencadear um conflito, tal como a Guerra

do Golfo envolvendo outros interessados.

*Punctum Dolens* ainda por se resolver, Timor Leste é 14 vezes maior que o município do Rio de Janeiro. Não é assim tão pequeno em espaço para ser considerado inviável como país, já que o Luxemburgo é 10 vezes menor e as Seychelles duas vezes menos povoada, comparação ainda atinente a 43 outros países-membros da

**No contexto internacional, a transformação de Timor Leste em província indonésia, sob o nome de Timuur, é considerada como invasão indevida tal como a que o Iraque realizou no Kuwait.**

ONU, muitos dos quais, coincidentemente vizinhos ou localizados em ilhas da Oceania.

### CONCLUSÃO

Levando-se em conta ser uma comunidade, no caso da CPLP uma associação de participação comum, há muito ainda por fazer para que possa um dia transformar-se dentro da paridade,

num conjunto com identidade.

Identidade e, até certo ponto, paridade havia, bem mais, na Comunidade Luso-Brasileira, cuja primeira referência se encontrava no Tratado de Amizade e Consulta, assinado no Rio de Janeiro, em 16 de novembro de 1953, e que nem assim conseguiu sustentar-se.

O referido Tratado do Rio de Janeiro estabelecia o dever de consultas mútuas sobre relações internacionais de interesses comuns, no momento em que a África entrava em seu processo de descolonização, e o império ultramarino na Índia iria ser conquistado e anexado por esse país que se tornara independente. Na ocasião, no contexto internacional,

as diretrizes eram comuns, pois os dois países em confronto na Guerra Fria eram coniventes quanto ao epíteto do colonialismo, abraçado também pela ONU. E, naquela conjuntura internacional, Afonso Arinos de Mello Franco, no discurso que faria na Assembléia Geral em 1961, destacava serem também bem claras as divergências no meio da Comunidade recém-acordada, di-

vergências que podem ser ressaltadas neste trecho: *“O Brasil exorta a Portugal a assumir a direção do movimento pela libertação de Angola e pela sua transformação em um país tão amigo de Portugal quanto o é o Brasil.”*<sup>10</sup>

A Comunidade de 1953 estabelecia a concessão de tratamento especial aos nacionais das partes contratantes, tratamento especial bem mais ligado aos portugueses, numa fase de grande mutação.

Em 1968, com uma po-

pulação estimada em pouco mais de 9 milhões de habitantes, necessitando de elementos para auxiliar no povoamento e melhor aproveitamento de suas províncias ultramarinas, sofria Portugal grande evasão, sobretudo de suas áreas setentrionais, para países estrangeiros.

Essa “sangria populacional” se desviava para a França e para a então República Federal Alemã, pela maior proximidade geográfica, enquanto os habitantes das ilhas portuguesas demons-

travam preferência pelos Estados Unidos e pelo Canadá. Essa situação se acentuava, a despeito do nosso Instituto Nacional de Imigração e Colonização, criado em 1938, haver separado os imigrantes portugueses dos demais estrangeiros, permitindo-lhes a livre entrada no país, por interessarem à nossa colonização.

Assim, o quadro demonstrativo da evolução da corrente imigratória, indicando o total de imigrantes, segundo país de destino era o seguinte:

Ano	Brasil	Províncias Ultramarinas	França	Alemanha	Canadá	Estados Unidos
1940	12.260	13.226	--	--	--	328
1950	14.143	21.892	319	--	--	983
1960	12.451	32.318	3.593	--	4.895	5.679
1968	3.512	80.452	46.515	4.886	6.853	10.814

Fonte: Boletim da Junta de Emigração (Ministério do Exterior) Lisboa 1968.

Conclua-se que de nada valeria a Comunidade procurar se reforçar em 1968, quando criava o seu dia, 22 de abril. Para isso, Decretos haviam sido assinados no ano anterior, no própria dia

<sup>10</sup> Revista Brasileira de Política Internacional — nº 17 — pág. 144.

22 de abril, data da chegada de Pedro Álvares Cabral no Brasil. Os portugueses já não se interessavam tanto pelo Brasil, como bem o demonstra o quadro que se segue destacando o total de sua imigração, em 1968.

Em 1967, os governos do Brasil e Portugal, procuran-

do ativar a Comunidade, assinaram acordos tendentes à intensificação das relações comerciais com vistas à complementação industrial dos dois países.

O comércio Brasil/Portugal continuaria praticamente inexistente. Figuravam no intercâmbio externo portu-



País de Destino	Portugal Continental	Ilhas
Brasil	3.119	393
França	46.499	16
Alemanha	4.822	4
Canadá	2.442	4.391
Venezuela	2.666	8.175
África do Sul	980	—

Fonte: Boletim da Junta de Emigração (Ministério do Interior – 1968).

guês, nos dois primeiros lugares, a Alemanha Ocidental e a Inglaterra, transações que começaram a decair nos anos subseqüentes a 1968, com as províncias ultramarinas contribuindo de modo expressivo para a chamada “área do escudo forte”. Absorvendo cerca de 25% das exportações portuguesas, no setor das vendas conjuntas, Angola e Moçambique atingiam a 60% das exportações totais.

A Comunidade Luso-Brasileira seria, na realidade, bem mais Luso-Africana, com diretrizes voltadas essencialmente para a manutenção da Ata Colonial de 1933, que transformara Portugal em uma nação unitária, embora geograficamente dispersa – uma Comunidade Luso-Africana, pois,

em 1951, Portugal transformaria suas colônias em províncias ultramarinas; assim, admitido na ONU (1954) conseguia o Governo português o reconhecimento jurídico internacional de nação dividida em províncias distantes porém integradas.

Declarando Portugal, ao entrar na ONU, carecer de territórios não-autônomos, iria levar a ONU a redigir o chamado Relatório dos Seis. Este qualificava, como um território não-autônomo, unicamente aqueles que tivessem conseguido completo governo próprio: quer emergindo como um Estado soberano independente, se livremente associado com um Estado independente ou integrado com um Estado independente (Artigo VI). No Artigo seguinte consa-

grava a Comunidade, destacando lícita a associação livre desde que resultasse “de uma escolha livre e voluntária, feita pela população do território em causa e expressa através de um processo democrático”. Ainda na seqüência, o território em questão devia “ter direito de estabelecer a sua própria constituição interna sem interferência exterior, de acordo com um mecanismo constitucional e com os desejos da população livremente manifestado”.

Observa-se que a tentativa de resgatar o ultramar chegava tarde.

No âmbito das Relações Internacionais prevaleciam outros interesses, donde a conclusão de Virgílio de Carvalho: “O fim do ultramar português aconteceu no decorrer da Guerra Fria de que foi uma de suas conseqüências. Guerra Fria essa travada de forma indireta entre as superpotências, portadoras de projetos globais, de tipo messiânico: o da URSS procurando impor o comunismo ao mundo, declaradamente com o objetivo de libertação nacional de todos os trabalhadores do planeta; e o dos EUA, procurando conter a exportação do sistema soviético,

*e batê-la com uma campanha visando à defesa dos Direitos Humanos e a implantação da democracia nesse mesmo mundo, e com apoio político-militar a movimentos anticomunistas em regiões vitais para os seus interesses e dos seus aliados”.*

Falharia ainda a tentativa de Comunidade encetada no auge da descolonização. Por um lado, Portugal, bem mais voltado para a defesa do ultramar, integrava a OTAN; o Brasil, dedicado à sua integração dentro do binômio defesa e desenvolvimento, depositava em Brasília a categoria tática da conquista do *hinterland*, compreendendo, por outro lado, que o mundo atlântico só com a OTAN, não estava no seu todo organizado segundo seus imperativos geoestratégicos.

A importância geoestratégica do continente africano havia se evidenciado durante a Segunda Guerra Mundial, servindo de trampolim para a invasão da Itália e evidenciando o valor da rota Natal/Dakar na ligação direta dos aliados. Em nossos dias, com exceção de Moçambique, a porta para o Índico, os demais países da CPLP são atlânticos.

E, nesse vasto Atlântico, enquanto Portugal está envolvido na OTAN, o Brasil, que lançou a idéia da ZCPAS (Zona de Cooperação e Paz do Atlântico Sul), tem em quatro PALOP (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa), importantes pontos de apoio na geoestratégia regional.

O regionalismo pode, assim, ser uma das grandes molas da Comunidade, bem mais que a língua oficial portuguesa, pela qual muito ainda há por fazer.

O idioma português é, na prática, língua nacional de Portugal e oficial do Brasil, mas nos demais PALOP é falada simplesmente em núcleos urbanos mais importantes. Com maioria de analfabetos, Angola (58,3%), Moçambique (67,1%), Guiné Bissau (63,5%), Cabo Verde (33,5%), e S. Tomé e Príncipe (8%), a realidade está bem mais a favor dos dialetos nessas sociedades caracterizadamente tribais.

Tanto no Brasil quanto em Portugal<sup>11</sup>, mesmo os não alfabetizados se exprimem em português. O mesmo não se pode dizer de

Cabo Verde e Guiné Bissau, onde chega a ser dialeto nacional o crioulo, como ocorre em Angola com o ovibundo, kimbundo e bakongo e, em Moçambique, com o ronga, shagaan e muchope, com destaque ainda para o inglês.

A dimensão comum dos sete Países Lusófonos, e se quisermos também as *comunidades residuais* em Macau, Goa, Malásia, Sri Lanka e Timor Leste, se fundamenta na História Colonial. No entanto, *lusófonos*, ou seja, a língua é falada por todos só no Brasil e Portugal. Os demais, sobretudo Cabo Verde, Guiné Bissau e S. Tomé/Príncipe, o crioulo, ou língua da liberação, também idioma oficial, é falado, muitas vezes, em reuniões do Conselho de Ministros, divergindo, pois, da lusografia, já que, via de regra, nos cinco outros países se redige em português.

A tradição cultural católica, presente em 95% da população em Portugal, só encontra similar em Cabo Verde, com os mesmos 95% e S. Tomé e Príncipe, com 90% de cristãos, já que a

<sup>11</sup> O português foi sempre a língua de Portugal – o latim era a língua dos inimigos, que o digam Viriato e seus partidários celtiberos, Vercingetônix ou Asterix.

doutrina aí é professada também por protestantes.

No Brasil, embora tido como o maior país católico do mundo, o sincretismo religioso está presente em todo seu território, não só pela mistura com o fetichismo importado da África (candomblé e macumba), como pela umbanda, kardecismo e diversas modalidades de protestantismo. Seguem o Brasil, nesse cadinho religioso, os ditos cultos locais em Angola, bem como o animismo (47,8%) e o islamismo (13%) em Moçambique conferindo-lhe somente 31,4% católicos.

Os colonizadores tiveram em Angola e Moçambique vastos espaços e negros escravos. Assim, a simbiose da terra/homem não se faria presente, pois as minas de ouro, prata e pradarias não se mostraram logo. Comparativamente, Angola teve mais fundas raízes portuguesas na estrutura do que Moçambique. É que Angola foi colônia de negreiros. Passou a se constituir no centro do fornecimento da mão-de-obra para a agricultura brasileira, levando o português a ter, em Angola, feitorias, não para viver, e sim para explorar. A fixação ficava para o Brasil.

Faltou em Angola o que Gilberto Freyre chamou de “civilização através da mulher”. E isso já não faltou em Cabo Verde e, até mesmo, em S. Tomé.

Não resta dúvida de que o português colocou Portugal além de suas fronteiras, mas traçou diferenças entre os luso-descendentes. Os da Ásia e da África foram marcados sempre pela vontade de regressarem a Portugal; os de Portugal de singrarem os mares nas ribeiras da Ásia e da África, mas só se fixando, com bens de raiz, nas ilhas e no Brasil.

A CPLP tem, portanto, ainda muito que fazer para se tornar, de fato, uma comunidade cultural.

Tem ainda muita ação pela frente, para que, além do pé de igualdade em decisões, chegue, pelo menos em meados do século XXI, como bloco econômico coeso. A desproporcionalidade territorial para com o Brasil é registrada também em nosso Produto Interno Bruto (US\$ 456 bilhões), quando em Moçambique não chega a 1 bilhão de dólares e o de S. Tomé e Príncipe não ultrapassa os 200 milhões.

Por outro lado, Angola que ainda não conseguiu selar a unidade política na in-

dependência, com mais de 30 anos de guerra civil, é líder mundial de mutilados, mas tem riquezas no seu espaço territorial. Contrasta Moçambique ocupando o 1º lugar no índice de sofrimento humano e o último em riqueza, de acordo com o Comitê de Crise das Populações, sediado em Washington, mas possui a preciosa água marinha, além de três importantes corredores de exportações para o Índico: Beira, Nakala e Maputo.

E nesse jogo de contradições, Portugal integra a União Européia com os eurocentristas voltando as costas para a Comunidade, em oposição aos atlantistas – União Européia que mantém os PALOP presos a uma espécie de neocolonialismo, através dos Acordos de Lomé, e dá posições mais privilegiadas ao MERCOSUL, onde o Brasil é peça importante.

Conclui-se pois que, se concebermos a Comunidade como qualidade do que é comum, é comunhão, é identidade, é paridade, para que a CPLP chegue ao status de autêntica associação, tem que agir, sair do papel, para não repetir a frustrada dos anos 50, pois, no ano 2000 os habitantes

dos países de língua oficial portuguesa, no conjunto latino, serão mais numerosos que os francófonos. Para sair do papel, uma nova cultura transnacional tem que ser marcada por um desejo, uma aspiração comum ainda longe de se definir. Por enquanto, ela se indefine na convergência de energias regionais e até nacionais, sobretudo quando se trata da procura de um todo transnacional.

## BIBLIOGRAFIA

- ANDERSON, Perry. *Portugal e o Fim do Ultracolonialismo* – Editora Civilização Brasileira: Rio, 1966.
- CARVALHO, Virgílio de. *História Estratégica do Fim do Ultramar Português – Separata das Actas do IV Colóquio A História Militar de Portugal no Século XIX*: Lisboa, 1993.
- CASTRO, Therezinha. *África: Geohistória Geopolítico e Relações Internacionais*. BIBLIEX.
- DESCHAMPS, Hubert. *La Fin des Empires Coloniaux*. Presses Universitaires de France: Paris, 1950.
- DAVIDSON, Basil. *Révolution in Afrique: Liberation de la Guiné Portugaise*: Paris, 1969.
- FELGAS, Hélio. *África. A Evolução Política de 1956 a 1970* – Cadernos Militares – 20 – Estado-Maior do Exército.
- FONTOURA, Luís. *O Novo Ciclo da Cooperação Luso-Africana*. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas – Separata do Volume II ISCSP: Lisboa, 1995.
- FRANCO NOGUEIRA. *As Nações Unidas e Portugal (Estudo)* – Publicações do Movimento dos Portugueses do Brasil: Rio, 1961.
- FREYRE, Gilberto. *O Mundo que o Português Criou*. Livraria José Olympio Editora: Rio, 1940.
- LUSOTOPIE (Enjeux Contemporains de les Espaces Lusophones) nº 1-2 (1994) L'Harmattan – Maison des Pays Ibériques – Centre d'Étude d'Afrique Noire.
- MONTEIRO, Antonio. *A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – Nação e Defesa*. Instituto da Defesa Nacional, nº 77 – Janeiro/Março de 1996: Lisboa.
- NÉRA, Giles. *La Communauté*. Presses Universitaires de France: Paris, 1960.
- RATZEL, Friedrich. *La Géographie Politique (Les Concepts Fondamentaux)* – Librairie Arthème Fayard: Paris, 1987.
- SILVA CUNHA, J. M. *Problemas Atuais da África Negra*. Agência Geral do Ultramar: Lisboa, 1963;